



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001365-04.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **PAULA APARECIDA DE PAULO**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de tutela antecipada, proposta por **Paula Aparecida de Paulo** contra o **Estado de São Paulo** sob o fundamento de que padece de obesidade mórbida e consequente prejuízo social e limitações profissionais. Aduz que, devido ao insucesso de tratamentos anteriores e à atual gravidade do quadro clínico, necessita, com urgência, conforme prescrição médica, de procedimento cirúrgico denominado cirurgia bariátrica, tendo sido feito o encaminhamento administrativo há tempos, porém, sem previsão de data.

Documentos acostados às fls. 11-15.

A antecipação da tutela foi deferida às fls. 16-18.

Citada (fl.30), a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 32-40). Alega, preliminarmente, ausência do interesse de agir. No mérito, sustenta, em resumo, que a cirurgia bariátrica é procedimento de alta complexidade, que exige diversos exames pré-cirúrgicos, sendo a fila é organizada de acordo com critérios técnicos objetivos. Argumenta que burlar a ordem cronológica constitui tratamento privilegiado e afronta ao princípio da isonomia e que o caso deve ser encaminhado de acordo com os limites de escassez e finitude dos recursos orçamentários. Requer a improcedência da ação.

Réplica às fls. 45-51. A autora alega, em resumo, que: em mais de uma oportunidade, buscou administrativamente a realização pelo SUS, mas não teve sucesso; vem se submetendo a acompanhamento médico contínuo, com tentativas frustradas em tratamentos alternativos; o excesso de peso lhe acarreta hipertensão arterial, disfunção da glândula tireoide, cálculos na vesícula e lesões nas articulações, razão pela qual requer a brevidade do procedimento cirúrgico, sob o risco de seu quadro clínico se tornar irreversível; o pedido não constitui em "furar fila", mas ser atendida com celeridade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

Afasto, inicialmente, a preliminar de falta de interesse de agir, pois caso a autora tivesse logrado êxito em obter a cirurgia pleiteada, por óbvio, não teria ingressado com a presente demanda, custosa e demorada, sendo certo que fez pedido administrativo, mas não há qualquer previsão de data.

No mérito, o pedido comporta acolhimento.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional. Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a autora demonstrou, como já visto, não possuir condições financeiras para arcar com o custo da cirurgia (fl. 12), sendo assistido por Defensor Público e a necessidade da realização - com urgência - do procedimento cirúrgico, foi atestada pelo médico que a assiste (fl. 15) e conhece as peculiaridades do seu caso, sendo ele vinculado à rede pública de saúde, sendo de se ressaltar que já fez vários tratamentos, sem sucesso.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para que Estado de São Paulo proceda às providências pré-operacionais e, logo em seguida, à hospitalização, cirurgia e fornecimento de serviço médico, medicamentos e itens necessários ao pós-operatório, à autora, sob pena de desobediência e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sequestro de verba pública para a realização do ato cirúrgico, DESDE QUE A AUTORA REALIZE OS EXAMES NECESSÁRIOS E SE ENQUADRE NO PROTOCOLO PARA A REALIZAÇÃO DESTE TIPO CIRURGIA.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de a autora ser assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. R. I. C.

São Carlos, 02 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**